A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil possui um papel social fundamental dentro da sociedade, onde se pode identificar a criança como sendo pessoas que possuem uma carga emocional e afetiva, elas possuem uma história familiar, vivenciando uma realidade social, enfim, fazem parte de um contexto familiar e social, seres criados de cultura. Por esse motivo já podemos observar o papel do profissional de Serviço Social que busca compreender as ações das crianças, assim como, a realidade vivenciada em seus domicílios, a presença ou ausência dos pais e familiares, o emprego de violência domestica, enfim são diversos fatores sociais que podem ser observados nas crianças dentro de um contexto amplo, porém que pode haver especificações para a realização de aprofundamento de causas.

Já em relação as políticas sociais voltadas a crianças, podemos observar as relações a serem consideradas como: sua situação econômica, questões sociais, situação política, problemas educacionais específicos entre outros. Ao realizar uma analise profunda das redes de atendimento da educação infantil podemos considerar a necessidade do assistencialismo estar presente em diferentes esferas, onde consideramos que não consiste apenas em educar e cuidar, mas também prezar para que essa criança tenha uma vida saudável, feliz, harmônica, familiar.

Por esses pressupostos demos observar os processos educativos das crianças em uma concepção como cidadãs, que possuem a capacidade de se construir valores e virtudes, desenvolvendo neles atitudes sociais como cooperação, solidariedade, respeito entre outros que contribuem para o firmamento de uma pedagogia da educação infantil atual e responsável, onde se deve observar as condições, circunstâncias e o cotidiano das relações das crianças com os educadores, demais crianças e família.

Na observância da delimitação e formulação da problemática observamos que a vivencia dentro das unidades educadoras infantis é um assunto muito pertinente em sua complexidade, pois, observa-se não somente um ambiente de educar e cuidar, mas também está relacionado com a realidade vivenciada por cada criança que ali recebe seu atendimento e assim se torna de suma importância a presença do profissional do Serviço Social para observar as necessidades sociais das crianças que freqüente esse ambiente educacional.

O objetivo geral para o desenvolvimento desse é investigar o Serviço Social no âmbito das políticas de educação, observando as funções dos profissionais de Serviço Social dentro das unidades educadoras de educação infantil.

Dentro dos objetivos específicos observamos os de: Identificar as necessidades das crianças e das famílias que recebem o atendimento nas unidades de educação infantil; Buscar desenvolver ações que visam a compreensão dos colaboradores das unidades educativas quanto a necessidade de se observar a realidade vivenciada pelas crianças e as famílias; Realizar uma analise dos problemas sociais enfrentadas pelas famílias atendidas nessas unidades de ensino; Abrir a compreensão da necessidade investigativa para a identificação de violências que a criança e a família vem sofrendo; Demonstrar como a presença de um profissional de Serviço Social possui grande relevância dentro dessas unidades de ensino.

Observa-se que a temática desse se justifica sobre a observação do Serviço Social na Educação é um assunto muito relevante, onde fenômenos podem ser observados tais como: violência, trabalho infantil, uso e comercialização de drogas, violência domésticas, relações intra familiares conflituosas. Infelizmente tais problemas norteiam as redes educacionais tanto publicas quanto particulares, onde os profissionais da educação vem buscando suprir as necessidades de enfrentar a problema, nesse sentido, podemos considerar o trabalho de atuação do profissional de Serviço Social é de suma importância. Atualmente esses problemas vêm sendo observados e vivenciados diariamente, nesse sentido essa realidade está presente não somente dentro das unidades educadores de ensino médio, mas são observadas no ensino fundamental e até na educação infantil, onde essas crianças possuem uma vivencia familiar que apresentam diversos níveis de violência o que reflete em seus comportamentos dentro das unidades educadoras. Em relação ao papel do profissional de Assistente Social, podemos observar que suas funções são diversas dentro da sociedade nas relações sociais, assim, cabe refletir sobre as possibilidades de praticas desse profissional, suas limitações e alcance, onde contribui juntamente com os demais profissionais para praticar o exercício de sua profissão de maneira satisfatória.

A metodologia utilizada referente aos referenciais bibliográficos dessa pesquisa foi obtida através de pesquisas minuciosas que onde foi buscado materiais relevantes ao já proposto sobre o papel do profissional de Serviço Social nas unidades de educação infantil, observando assim a utilização de livros, dissertações, conclusões de curso, também de materiais disponíveis na internet os quais venham de encontro com a necessidade e que possuam credibilidade para a utilização desse material. Foram utilizados materiais do próprio acervo, do acervo de outras pessoas próximas, da faculdade, da biblioteca municipal.

Segundo Andrade, a origem das instituições de atendimento à infância, na Europa, do início até a metade do século XIX, foi marcada por distintas ideias de infância, modelos de organização dos lugares e opiniões sobre o que fazer com as crianças enquanto permanecessem nessas instituições. O desenvolvimento dessas instituições esteve atrelado ao desenvolvimento da vida urbana e industrial e ao agravamento das condições de vida de um contingente de pessoas, dentre elas mulheres e crianças. Assim, podemos afirmar que a história das instituições de educação infantil não pode ser compreendida ausente da história da sociedade e da família. (ANDRADE, 2010, p. 184)

Segundo Machado:

Do ponto de vista histórico, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares. Dessa maneira, o presente artigo tem como objetivo traçar a trajetória histórica da educação infantil no Brasil, analisando, criticamente, os avanços e retrocessos dessa modalidade educacional e sinalizando para os desafios que se colocam na busca pela qualidade na organização do trabalho pedagógico dessas instituições. (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p. 80)

Demo (2005, p. 30) se refere ao assunto dizendo que no Brasil, observamos com o novo ordenamento legal, inaugurado pela Constituição Federal de 1988, assegura à criança brasileira o atendimento em creche e pré-escola e, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. Essa importante conquista nacional reitera um dos postulados da Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, no ano de 1990, de que a aprendizagem ocorre desde o nascimento e requer educação e cuidado na primeira infância.

Segundo NUNES (2011, p.65):

Anos 1986-88 – Assembleia Nacional Constituinte. Depois de vinte anos de ditadura, o Brasil vive um período de intensa mobilização e participação social na construção de um novo modelo de sociedade e de Estado. É o grande acontecimento nacional que traz à tona sonhos e aspirações abafadas, mobilização e pressão para conquistar direitos negados, que cria espaço político para a emergência de grupos excluídos e ignorados pelas elites sociais e econômicas durante séculos. Um destes grupos são as crianças. No dia da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia chama-a de “Constituição cidadã”, o que se aplica muito bem para o modo como as crianças entram nesta Carta: não mais subalternas, mas cidadãs, guindadas do último lugar na lista das iniciativas políticas e administrativas do governo para o topo da prioridade absoluta, sujeitos de direito, pessoas com dignidade intrínseca, independentemente de quaisquer circunstâncias. (NUNES, 2011, p.65)

Ainda para o autor a partir da década de noventa do século XX, principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – 9.394/96, o sistema de ensino vem se modificando significativamente. Nas duas últimas décadas tais mudanças compreendem a educação como uma política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, isto é, indicando uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação que precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade. (NUNES, 2011, p.65)

Em conformidade Conrad (2010 p. 17) diz que no Brasil, a história da educação infantil e a infância propriamente dita tiveram suas particularidades. A educação da criança pequena fora do espaço doméstico e do convívio familiar iniciou-se no final do século XIX, a partir de diversos contextos de demandas, ora como forma de combate à pobreza, na perspectiva do Estado, ora como salário complementar, na perspectiva da família.

A autora (CONRAD, 2010 p. 23) ainda diz que as creches no Brasil diferenciaram-se do resto do mundo, segundo Sanches (2003 apud Conrad, 2010, p.23), a ideia de creche surge na Europa, no final do século XVIII e início do século XIX, a creche propunha-se guardar crianças de 0 a 3 anos, durante o período de trabalho das famílias, a instituição creche nasce de uma necessidade atrelada ao nascente capitalismo e urbanização. Ainda, segundo a autora, no Brasil, a creche surge no final do século XIX, decorrente do processo de industrialização e urbanização do país. Nesse período, ocorre o crescimento das cidades localizadas nas regiões ricas, pela migração das áreas mais pobres que buscavam trabalho e melhores condições de vida.

Segundo PETA e LIMA (2013, p.08) para abrirmos a discussão em torno da presença do profissional do Serviço Social no contexto escolar, é preciso, antes de tudo, localizarmos a importância deste profissional em sua atividade específica. Assim sendo, o assistente social é um profissional atuante no cenário público e na escola não seria diferente, pois sua participação junto aos demais profissionais que compõem o contexto escolar envolveria todo o conjunto social interno e externo da escola fazendo parcerias com a família e comunidade, pois o mesmo é um profissional qualificado para atuar nas diversas áreas ligadas às políticas sociais públicas e privadas, tais como: planejamento, organização, execução, avaliação, gestão de projetos, pesquisa e assessoria.

Ainda segundo os autores:

Da mesma forma, a participação do chamado Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais indicando possíveis alternativas às problemáticas sociais vividas por crianças e adolescentes, o que refletirá em um melhor desenvolvimento da vida escolar deste cidadão e na implantação de políticas públicas que venham ao encontro dos anseios da população. (PETA e LIMA, 2013 p. 08)

Em conformidade com a observância da relação da educação infantil com a assistência social, Oliveira (2012, p. 25) diz que a educação infantil nasce no seio do setor da assistência social, limitada à oferta do equipamento de creche. Em determinado momento, como resposta às pressões e à luta por direitos, transita para o campo das políticas de educação. A educação infantil se propõe então a atender os direitos de cidadania da criança pequena. Mas convive, por um lado, com as conseqüências da contra-reforma e, por outro, com a forte cultura clientelista e assistencialista que predomina nos municípios.

Pois, para o autor (OLIVEIRA, 2012, p. 27) no cotidiano da educação infantil se manifestam expressões da questão social, em torno das crianças e de seus familiares, o que canaliza a demanda pelo serviço social neste espaço sócio-ocupacional. Dessa forma, as transformações no âmbito legal, social e educacional determinam novos parâmetros de atuação profissional junto à criança pequena e sua família. Isto leva a um atendimento educacional além da esfera da assistência social, que se insere na esfera educacional a partir do aparato composto por diferentes profissionais.

Para Rossa (2011, p.44):

A presença do/a assistente social na área da educação é anterior à década de 1930, originando-se nos processos sócio-históricos que constituíram a profissão Serviço Social. Mas foi a partir da década de 1990 que se realizou o adensamento da discussão sobre as políticas sociais3 como um lócus de trabalho específico do Serviço Social. A partir daí, o amadurecimento do Projeto ético-político profissional4 foi fundamental para o crescimento do espaço do Serviço Social na Educação e frente a essa nova realidade, é que a requisição desse profissional obteve uma considerável demanda.

Em conformidade para Vieira no campo educacional, o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola. O mesmo trabalho ocorria na Europa junto ao campo assistencial que atendia as crianças abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocação em lares substitutos ou para adoção e serviços em instituições fechadas. Em vários países, ocorria o atendimento às crianças em suas famílias que não recebiam orientações necessárias para seu desenvolvimento e muitas eram vítimas de maus tratos por parte dos pais ou responsáveis. Outros trabalhos na área escolar eram especializados no setor da saúde, resolvendo problemas de aprendizagem relacionados à saúde dos alunos (VIEIRA, 1977 apud PIANA, 2009, p. 24)

Piana (2009, p. 37) diz que no Brasil, há relatos históricos de que os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul no ano de 1946, foram pioneiros no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Escolar. No Estado do Rio Grande do Sul, o Serviço Social foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar.

Para Braga e Mesquita (2012, p. 244) historicamente, a presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão. No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção da categoria profissional na área da Educação. Soma-se a este fato, nas últimas décadas, as transformações societárias em curso em nível mundial engendradas pelo capital, às quais impõem processos de reforma neoliberal do Estado, que incidem sobre as políticas sociais e, em particular, sobre a Política de Educação como direito social.

Ainda segundo os autores:

Adensando a discussão nessa área e a consolidação gradativa desse campo de atuação constata-se, em muitos estados, uma significativa ampliação do debate acerca das particularidades da intervenção do Serviço Social na Educação, merecendo destaque o seu enraizamento no âmbito da organização e agenda políticas do Conselho Federal de Serviço Social (CFess) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), reconhecidos como Conjunto CFESS/CRESS. (BRAGA e MESQUITA, 2012, p. 244)

Os autores (BRAGA e MESQUITA, 2012, p. 245) dissertam sobre o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS realizado em 2001, pela primeira vez, a categoria profissional elaborou propostas, de âmbito nacional, relacionadas à inserção do serviço social na Educação.6 Neste mesmo ano, foi constituído um Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação7 pelo CFess, o qual construiu a brochura intitulada Serviço Social na Educação (CFESS, 2001).

Ainda segundo esse documento:

Neste documento, cujo objetivo foi contribuir com a discussão que se configurava no cenário nacional naquele momento, se problematizou a função social da escola, a Educação como um direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social. (BRAGA e MESQUITA, 2012, p. 246)

Mais tarde no período de 2008 a 2009, o GT Nacional sistematizou um quadro referente aos estados e municípios que possuem legislação acerca da implementação do Serviço Social na Educação, bem como dos projetos de lei que estavam tramitando no âmbito dos poderes legislativos municipais, estaduais e nacional, a partir das contribuições dos Cress. (BRAGA e MESQUITA, 2012, p. 248)

Nos anos de 2010 e 2011:

Ao longo de 2010 e 2011 o Conjunto CFESS/CRESS adensou as discussões acerca da inserção do Serviço Social na Educação e o GT foi recomposto em 2011,12 organizando uma estratégia de trabalho que privilegiasse o fomento de seminários regionais e deflagrasse o aprofundamento do debate junto à categoria dos/as assistentes sociais. (BRAGA e MESQUITA, 2012, p. 252)

Entre o final de 2011 e maio de 2012 (BRAGA e MESQUITA, 2012, p. 255) diz que foram realizados em todo território nacional debates e seminários em 23 estados que contaram com amplo envolvimento e participação de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, envolvendo 3.203 participantes, segundo os dados dos relatórios enviados pelos Cress.

Em outro momento os autores (BRAGA e MESQUITA, 2012, p. 256) salientaram que o Conjunto CFESS/CRESS no 40º Encontro Nacional deliberou Educação como tema do dia do/a assistente social de 2012, para ser refletido e problematizado em todo território nacional.

Martins (2009, p. 167) articula que se percebe a prática profissional do assistente social que é fragmentada em diversas ações que visam atender às demandas emergentes, requeridas principalmente pela instituição para a qual trabalham. Esse enfoque profissional dificulta decifrar as mediações presentes e apreender as particularidades descritas pelos sujeitos, que na verdade são expressões das desigualdades sociais do processo de produção e reprodução da sociedade. Essa leitura da realidade é o caminho para projetar e forjar formas de resistência e defesa dos direitos sociais dos usuários atendidos pelo assistente social.

Segundo Carvalin:

O/a Assistente Social trabalha no planejamento, execução e avaliação das políticas sociais, tais como: educação, saúde, assistência social, habitação, previdência social, nas políticas de geração de emprego/renda, programas e projetos destinados a públicos específicos (criança e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência etc.). O profissional de Serviço Social pode atuar ainda em empresas privadas, desenvolvendo atividades junto aos funcionários, como também, em organizações nãogovernamentais. Em todos esses espaços sócio-ocupacionais o/a assistente social norteia suas ações pela perspectiva da garantia dos direitos sociais e defesa da consolidação e ampliação da cidadania dos/as usuários dos serviços. (CARVALIN, 2011, p.85)

Para Faria (2010, p. 13) o profissional do Serviço Social deve atuar em uma perspectiva crítica da realidade, com compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos. Suas ações devem ser orientadas pelas demandas dos setores populares e voltadas para o compromisso com a justiça social e a contínua busca de maximizar o acesso dos indivíduos aos direitos sociais em uma visão de totalidade. Em relação à estrutura de técnicos para atuar na educação, constatou-se que dois municípios contam com um assistente social e um psicólogo para atender à demanda do município em geral e às creches.

Outro autor fala sobre a Assistência social:

A Assistência Social se revela, tradicionalmente, muito mais para os carentes e os marginalizados. Por outro lado, essa caracterização sobre uma Política Pública provoca a reflexão permanente sobre o que fazer para consolidar práticas transformadoras e como fazer para instigar a participação ativa dos usuários num processo já deflagrado. (LIRA, 2007, p. 13)

Segundo Almeida:

O esforço de sistematização como um componente central do trabalho do assistente social não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa. (2001, p. 05)

Para Piana (2009, p. 40) o Serviço Social tem se confrontado com novas exigências para a formação profissional e o exercício da profissão, como a busca de um conhecimento teórico-metodológico consistente, proporcionando aos profissionais uma compreensão clara da realidade social e a identificação das demandas e possibilidades de ação profissional que esta realidade apresenta, o compromisso com a realização dos princípios ético-políticos estabelecidos pelo Código de Ética e a capacitação técnicooperacional. Com esse quadro, urge um novo olhar, um pensar e um fazer profissional do assistente social, consolidando o projeto ético-político pautado nos princípios da justiça social, da igualdade e da liberdade como conquista da cidadania.

Segundo Iamamoto, o perfil de um bom profissional de assistência social deve ser:

[...] profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. (2007, p.49)

Segundo o ponto de vista de Pachoal e Machado (2009, P. 32) o assistente social é um profissional que trabalha a realidade social e, diante dessas reflexões, faz-se necessário que construa um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador e estratégico para as negociações e conquistas no campo educacional.

Ainda segundo eles o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada. Neste sentido, desenvolve atividades na abordagem direta da população que procura as instituições e o trabalho do profi ssional e por meio da pesquisa, da administração, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas e de serviços sociais. (PASCHOAL e MACHADO, 2009, P. 35)

Segundo Lima:

Em qualquer campo de trabalho que atue, o Assistente Social apóiase no compromisso em lutar pela garantia dos direitos e contribuir para o crescimento social, político e cultural dos sujeitos. Especificamente no campo da educação, o Serviço Social assume como perspectiva trabalhar, também, o desenvolvimento do aluno - o despertar desse público como formadores de opinião, transformadores do seu cotidiano, responsáveis por seus atos, construtores de idéias inovadoras, questionadores da sua realidade e partícipes ativos da sua história.(LIMA, 2005, p. 28)

Ainda segundo o autor (LIMA, 2005, p. 29) o Assistente Social, enquanto profissional que tem a realidade social como seu núcleo de ação, em suas múltiplas representações e linguagens, possui competência para planejar, propor, elaborar e executar os seus projetos sociais em defesa do respeito à diversidade humana e à ética como fortalecimento da cidadania e da democracia.

Para Fraga (2010, p. 53) é voz corrente entre os profissionais da área e de outros setores que o Serviço Social — SS é uma profissão essencialmente interventiva. A partir dessa noção convencionou-se caracterizar o Serviço Social como uma profissão de intervenção na realidade social, e o assistente social — AS —, profissional da área, seria, então, aquele profissional imerso no pragmatismo,1 habilitado para intervir nas diferentes manifestações da questão social. O objetivo deste artigo é problematizar e desconstruir essa visão pragmática acerca do trabalho do assistente social com vistas a resgatar sua dimensão investigativa. Parte-se da premissa de que o exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade.

Ainda para o autor:

Sendo assim, desvendar o objeto de trabalho pelo qual o assistente social atua é essencial para o desenvolvimento de um processo de trabalho consistente. Portanto, conhecer como a questão social se manifesta no cotidiano dos sujeitos sociais e suas formas de organização e resistência é imprescindível para que se tenham subsídios para construir coletivamente alternativas para o seu enfrentamento. (FRAGA, 2010, p. 68)

Nesse sentido o autor (FRAGA, 2010, p. 69) profere que o cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital versus trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas de trabalho dos assistentes sociais; também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir às desigualdades, como, por exemplo, conselhos de direitos, sindicatos, políticas, associações, programas e projetos sociais.

Quanto à finalidade do trabalho do assistente social o autor (FRAGA, 2010, p. 73) fala que está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos (materializados em organizações sociais, movimentos sociais, conselhos de direitos...), na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos.

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva. Portanto, as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com finalidade descritiva e contemplativa. Para que os estudos e pesquisas tenham utilidade social é fundamental, além da clareza do projeto ético-político construído coletivamente pela categoria, o domínio teórico-metodológico e técnico-operativo, alicerçados pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromissos necessários à realização dos processos de trabalho, em qualquer espaço ou âmbito de atuação onde o assistente social o realize. (FRAGA, 2010, p. 75)

Fraga (2010, p. 76) ainda define que o assistente social tem uma ação profissional que se tece no dia a dia dos usuários, na particularidade de suas vidas, conforme a mesma autora explicita, transita entre demandas, carências e necessidades que se constituem de ações múltiplas. Sendo assim, esse profissional é desafiado a superar-se constantemente, reconhecendo a realidade sócio-histórica em que vive e trabalha, tornando-se protagonista da construção do projeto ético-político da categoria, que deve assegurar a ampliação da liberdade, ser atuante na consolidação da democracia, garantindo a todos os sujeitos maior equidade e justiça social, enfrentando as contradições e desigualdades socialmente produzidas.

O trabalho em conjunto tem sido uma tendência discutida como uma possibilidade em diversas áreas, não somente no Serviço Social. Atualmente os profissionais estão cada vez mais se conscientizando de que o trabalho solitário e isolado compromete as intervenções. No cotidiano de atuação profissional do AS não parece ser diferente; o que talvez precise mudar é o despertar generalizado dos profissionais no sentido de envidar esforços para que seja construída uma trajetória de trabalho conjunta, cada área oferecendo a sua contribuição e especificidade. Dada a importância da questão às intervenções na área de Serviço Social, abordar-se-á teoricamente a discussão sobre as relações entre as áreas do saber. (FRAGA, 2010, p. 79)

Em outro momento o autor (FRAGA, 2010, p. 83) expõe que na maioria das vezes, as diferentes disciplinas estanques não contemplam as questões emergentes da sociedade; logo, não consideram a complexidade das múltiplas expressões da questão social. Refrações da questão social, como a violência, educação, segurança, preconceitos, a saúde do trabalhador e tantas outras, desafiam os profissionais diariamente, sendo-lhes demandadas questões que, por sua vez, não são passíveis de abordagens isoladas, havendo necessidade do diálogo com profissionais de diversas áreas.

Para que seja possível ao assistente social fortalecer seus espaços de atuação profissional na contemporaneidade é necessário um aprendizado da interdisciplinaridade, apreendida como uma possibilidade no exercício profissional, em que os esforços conjuntos sejam conjugados em prol da população usuária, onde seja possível despir a alma dos profissionais de preconceitos e despertá-los para “aprender a desaprender” para intervir de forma consistente, crítica, competente e, principalmente, propositiva e coletiva. (FRAGA, 2010, p. 87)

Segundo Conrad ( 2010 P. 38) as crianças de zero a seis anos de idade, que integram a Educação Infantil, compõem um dos segmentos tratados pela Política de Assistência Social como destinatários de suas ações, garantindo-lhes por meio da rede de inclusão e da rede de proteção, o atendimento necessário e adequado, próprios a essa faixa etária. A elas devem ser ofertados serviços educacionais, assistenciais e de saúde, com ações integradas, de caráter preventivo e promocional, sem perder de vista o atendimento às famílias.

Ainda segundo a autora:

As creches e pré-escolas que sempre atuaram no âmbito da assistência social, ao assumirem prioritariamente o caráter educativo, continuam mantendo suas especificidades, mediante as características sociais e econômicas da população por elas atendidas. Porém, esse fato não as alivia das diretrizes, objetivos e metas que emergem dessa nova visão, tendo em vista uma política de educação infantil que abrange todas as crianças, independentemente de classe social.(CONRAD, 2010 P. 45)

Ao analisarmos o que diz Faria (2010, p. 10), sobre o assuntos observamos que o processo educacional está repleto de dúvidas, entretanto é preciso ter clareza que a educação tem um caráter social e político pautado na busca da transformação social da sociedade. Um dos seus grandes objetivos é capacitar o educando para refletir criticamente acerca dos diferentes problemas sociais. Portanto, faz se necessário um reordenamento sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas para contribuir no enfrentamento das problemáticas, sejam por meio de medidas preventivas, projetos, propostas ou alternativas.

O autor ainda relata que:

A educação encontra-se passível das demais normas instituídas pelo sistema legal do Estado. A educação também está inserida no contexto mundial dos direitos aos cidadãos, como podemos observar nos principais documentos e declarações emitidos tanto em nosso país, ou através de organismos internacionais. Contudo, ao se discutir educação no Brasil, deve se considerar as diversidades regionais, as situações econômicas, sociais e culturais em que as escolas estão inseridas, pois o país possui dimensões continentais. (FARIA, 2010, p. 12)

Ao realizar uma definição sobre escola Santos (2012, p. 126) discorre que podemos defini-la como uma instituição social formadora do conhecimento humano, o qual é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, que busca sanar seus problemas e necessidades sociais. Por isso é importante realizar um diagnóstico familiar e aproximar mais o cotidiano familiar com o escolar. Deste modo, a escola é uma instituição preparada para desenvolver os valores sociais dos sujeitos (alunos e familiares), sendo capaz de prepará-los para viver em sociedade. Dá-se, então, a importância do trabalho com grupos de famílias no contexto escolar enfatizando o fortalecimento e encaminhamento para o indivíduo aprender a viver em sociedade, tanto as crianças quanto os adolescentes, assim como seus pais e/ou responsáveis.

Segundo Vasconcelos (2009, p.198) a valorização e o sentimento atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são concebidos e difundidos, tendo sido modificados a partir de mudanças econômicas e políticas da estrutura social.

Em complemento o autor ainda diz que:

Ao longo dos séculos, e até bem poucos anos, as crianças eram consideradas seres de menor importância, sendo de aceitação comum na sociedade o abandono, a negligência, o sacrifício e a violência contra crianças, chegando ao filicídio declarado ou velado. (VASCONCELOS, 2009, p.198)

Para Demo (2005, p. 31) entendo que “política social da infância” significa o cuidado que a sociedade precisa ter com o direito da infância de desenvolvimento integral e integrado. É composta de todas as políticas que dizem respeito ao desenvolvimento interdisciplinar e complexo da criança, conjugando adequadamente todas as necessidades materiais e imateriais. A LDB consagrou a nomenclatura da “educação infantil”, mas não poderia reduzir se à pedagogia, tomando-se aí o conceito de educação como preparação ampla para a vida. Por isso, também é preciso entender conceitos mais ligados à educação, como aprendizagem, conhecimento, currículo, etc., como acenos mais abrangentes, incluindo cuidados físicos com o crescimento, a alimentação, a integridade corporal, ao lado da formação do sujeito capaz de história própria, com algum destaque para a ludicidade e outras formas de expressão próprias da criança. A importância da política social da infância está, em primeiro lugar, em seu caráter preventivo, já que a qualidade da vida infantil condiciona fortemente o desenvolvimento posterior.

Em segundo lugar para o autor:

A política social da infância transmite, de imediato, seu cunho interdisciplinar e complexo, afastando abordagens setorialistas parciais que, pelo menos em parte, foram já vituperadas na LDB com a designação de “educação infantil”, visando em particular a superar a distinção entre creche e pré-escola. Por certo, isso é mais fácil de enunciar do que de realizar, a começar pela dificuldade de burilar o perfil do profissional de uma área tão abrangente e exigente. Na verdade, não se pensa num profissional único, embora a designação oficial tenda a privilegiar um profissional que poderia ter o nome de “educador infantil”, mas que precisa estar rodeado de muitos outros voltados para outras necessidades fundamentais do desenvolvimento da criança. (DEMO, 2005, p. 33)

Ainda para Demo (2005, p. 33) em terceiro lugar, a política social da infância corresponderia à noção fundamental da única “prioridade absoluta” da Constituição (art. 227), cujo texto arrola os direitos da criança e do adolescente, ainda que sem atribuir fontes confiáveis de investimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é resultado dessa legislação constitucional, mas, no mesmo eco, não conseguiu emplacar fundo específico (ficou voluntário), de recursos financeiros, o que tem dificultado, por exemplo, a inclusão da Educação Infantil em esquemas de financiamento vinculado.

Em quarto lugar:

A política social da infância resgata, desde que tenha qualidade satisfatória, ponto de honra de qualquer sociedade, se levarmos em conta que a dignidade de toda sociedade se visualiza, acima de tudo, em como trata suas crianças. A sociedade precisa cuidar de todos os cidadãos, mas as crianças designam irreversivelmente o futuro da sociedade. Não pode haver imagem mais pejorativa do que “criança de/na rua”, submetida às sevícias de um sistema predador que devora, nos alvores da existência, toda chance de futuro. Diz-se que a dignidade da sociedade se mede em como trata suas crianças, seus deficientes e idosos, três categorias que pleiteiam imenso cuidado coletivo. (DEMO, 2005, p. 35)

O autor (DEMO, 2005, p. 37) ainda complementa que a infância possui, em termos de cidadania, característica muito própria, porque ainda não tem voz própria. Quis a biologia da vida que todos nascêssemos desamparados por completo. Sem o auxílio de outrem, não temos como sobreviver.

Temos ainda a fala do autor em relação a cidadania da criança:

A cidadania da criança será conquista do adulto, algo que se poderia esperar em qualquer sociedade democrática, mas que pode esconder sempre algum presente de grego, já que é o adulto quem fala, não a criança. Essa cautela, porém, serve apenas para questionar o risco possível, sem inviabilizar iniciativas como de entidades da sociedade (ao estilo da OMEP), que assumem a causa da criança. Afinal, o fato de que os pais falem por seus filhos não precisa significar sistemática traição dos filhos pelos pais. Entretanto, o horizonte da cidadania precisa ser tecido em duas faces. De um lado, está o lugar do Estado, imprescindível para políticas sociais de cariz universal, entre as quais deveria estar a política da infância, não cabendo qualquer expectativa de substituição do papel público estatal. De outro lado, está a sociedade organizada, que se organiza não para diminuir, desfazer ou substituir o Estado, mas para o qualificar. O papel de instituições como a OMEP é não apenas oferecer programas, mas principalmente exercer controle democrático sobre o Estado, para que este assuma seus compromissos constitucionais com a devida qualidade. (DEMO, 2005, p. 38)

Em relação observamos dessa relação:

Adensando a discussão nesta área e a consolidação gradativa deste campo de atuação, podemos verificar que em muitos estados as particularidades da intervenção do Serviço Social na Educação ganharam destaque nos espaços de organização e na agenda de nossa categoria profissional, especialmente no Conjunto CFESS-CRESS, dando origem às Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e às discussões, debates e proposições nos encontros nacionais da categoria. (CAMPOS, et. al., 2011, p. 40)

Segundo Santos (2012, p. 128) a educação, como é uma política pública que procura desenvolver o senso crítico do aluno, deve conhecer e respeitar a realidade social, cultural e econômica dos alunos, tendo um conhecimento geral da comunidade na qual o educando encontra-se inserido. Assim, o Serviço Social é inserido na escola com o intuito de contribuir com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, para que, juntos, possam trabalhar com a educação, com a consciência, com a oportunidade de que as pessoas tornem-se sujeitos de sua própria história.

Ainda segundo o autor é no cotidiano da escola e da família que se apresentam as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, família multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, dentre outras manifestações. O enfrentamento destas demandas evidencia a inserção do profissional do Serviço Social, com o objetivo de cooperar para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade como um todo. (SANTOS, 2012, p. 129)

Em continuidade ele ainda diz:

Assim, o conhecimento específico do assistente social sobre a questão social, somado e integrado à especificidade dos demais profissionais, tem somente a contribuir de forma relevante para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a aproximação à realidade social do aluno, o entendimento sobre a dinâmica familiar e a contextualização ao corpo docente são estratégias fundamentais para o atendimento às necessidades de aprendizagem. (SANTOS, 2012, p. 129)

Para Martins, os objetivos da prática profissional do serviço social no setor educacional são:

• contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;

• favorecer a relação família – escola - comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;

• ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;

• proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999, apud CONRAD, 2010 P. 47).

Ainda segundo a autora (CONRAD, 2010 P. 47) é importante ressaltar que a inserção do serviço social na educação resgata a visão de integralidade e coletividade humana como resultado de certas estratégias para um novo espaço profissional, no qual, em consonância com o Código de Ética Profissional (1993), pretende-se efetivar a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas ao posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas no campo educacional, bem como uma gestão democrática.

A autora (CONRAD, 2010 P. 49) ainda define que o assistente social trabalha com ações educativas e não só com soluções de problemas, entendendo que a educação se constitui em uma política social que tem como compromisso garantir os direitos sociais, consequentemente podendo apresentar uma ampliação do conceito de educação impregnado na sociedade atual.

Em relação ao papel do Serviço Social no âmbito educacional, Silva discorre:

Observamos o papel do Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais indicando possíveis alternativas à problemática social, vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar (SILVA, 2007, p.17)

Segundo Lira (2007, p.15) a Educação, nas ações da Assistência Social, representa um processo de descoberta e tomada de consciência das pessoas sobre as suas responsabilidades no exercício de direitos e cumprimento de deveres, e na organização social por novas conquistas, baseando-se no referencial histórico e cultural do povo brasileiro.

Martins (2009, p. 173) relaciona a relação dizendo que ao ativar as duas dimensões da prática profissional, ou seja, a prestação de serviços sociais e a ação sócio educativa envolvendo todos os sujeitos pertencentes à comunidade escolar, o profissional possibilita a ultrapassagem da mera demanda institucional para a demanda profissional, ampliando o espaço ocupacional do assistente social com propostas de trabalho que redirecionam as prioridades reais, materiais e sociopolíticas dos usuários.

Em outro momento o autor (MARTINS, 2009, p.183) diz que a seletividade para o acesso da população às políticas públicas ainda é uma atividade predominante na profissão. Nesse sentido, a inserção do Serviço Social na educação municipal tem a intenção velada de amenizar, controlar os conflitos e tensões afloradas na contradição entre o direito à educação infantil, especialmente o atendimento de crianças de zero a três anos de idade em creches e a real situação desse âmbito de ensino que não dispõe de recursos suficientes de atendimento à demanda existente.

Segundo Lopes e Andrade (2007, p. 29) a contribuição do assistente social na educação consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. Estas atitudes constituem questões de expressiva complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos dentre outros ) com a ajuda da família, da sociedade civil e dirigentes governamentais, possibilitando uma ação efetiva objetivando o cumprimento da missão da educação de oferecer qualidade de ensino para a formação de cidadania.

Para Carvalin:

O conjunto de mudanças em todos os níveis do sistema educacional brasileiro, frente a dinâmica da globalização, traz redesenhos de amplitude da educação e do papel do Serviço Social neste campo. Logo, no ambiente educacional o Serviço Social discute temáticas sobre trabalho, cidadania, família, sexualidade, drogas, violência, cultura, lazer, adolescência, envelhecimento, assistência estudantil, discriminações dentre outras. Além da articulação com outras políticas setoriais como saúde, assistência e previdência, por exemplo. (CARVALIN, 2011 p. 89)

Paschoal e Machado (2009, p. 30) diz que a presença do Serviço Social na Política Educacional surgiu, historicamente no mundo, em 1906, nos Estados Unidos e no Brasil, com os primeiros trabalhos que os profissionais realizavam nas décadas de 1940 e 1950, embora voltados para os trabalhos realizados com os “menores carentes” assim denominados pelo contexto social vigente. O trabalho teve seus avanços e, dessa forma, muitos estados e municípios brasileiros organizaram e sistematizaram trabalhos de atuação do assistente social nas escolas, em projetos sociais não escolares, na educação superior e em equipes interdisciplinares de assessoria e elaboração de diretrizes, de normas e de planos de ação para a atuação na educação.

Segundo o autor busca-se hoje um redimensionamento da atuação do Serviço Social na educação, visando, a partir das diversas experiências de atuação profissional, extrapolar o ambiente escolar, ampliando a concepção que se tem de educação hoje, do processo pedagógico em geral, do ensino-aprendizagem, da figura da escola e da articulação da educação com as demais políticas sociais. O assistente social deve propor uma ação coletiva interdisciplinar com outros profis sionais do ensino, com os familiares dos alunos e com a comunidade em geral. (PASCHOAL e MACHADO, 2009, P. 29)

Segundo Conrad (2010 p. 36) o alcance das mudanças ocorridas no campo social e educacional, em instituições prestadoras de serviço a crianças de zero a seis anos de idade, é tema atual e desafiador para a instauração de um trabalho de qualidade social junto às crianças e famílias vinculadas à política de educação infantil. As grandes transformações, do ponto de vista legal, social e educacional, determinando novas diretrizes e parâmetros de atuação, estimularam a necessidade de um reordenamento na estrutura funcional e organizacional dessas instituições, mas, principalmente naquelas voltadas para o atendimento de crianças vulnerabilizadas pela situação de pobreza, pois a sua abrangência, além da esfera da assistência social, alcançou a da educação, tendo esta um papel primordial.

Para Nozawa e Garcia(2009, p. 04):

O assistente social pode trabalhar com crianças no sentido de construir cidadania, discutindo com elas os valores tais como o preconceito, a discriminação; desenvolvendo oficinas de prevenção a diversas questões como a droga, a gravidez precoce; descobrindo as habilidades, elevando a auto-estima e potencializando-as e também fazendo um trabalho junto com as famílias dessas crianças aumentando o vínculo entre eles e também trazendo diversas questões a serem discutidas, mudando diversos paradigmas, possibilitando uma maior participação da família na vida dessa criança.

Ainda segundo os autores é um dos princípios fundamentais da profissão buscar a emancipação, a liberdade e a igualdade de seus usuários. Construir a cidadania com essas crianças e famílias é promovê-las socialmente, fazendo com que tenham acesso aos seus direitos sociais e abrindo caminhos para a participação, reivindicando suas demandas. (NOZAWA e GARCIA, 2009, p. 5)

Quanto às atribuições do profissional segundo os autores:

O profissional pode ainda capacitar os profissionais, funcionários que lidam com crianças para que não seja apenas visto o lado do ensino “tradicional”, mas que sejam vistos os problemas que essas crianças enfrentam, o que seria um facilitador na relação educador, criança e aprendizagem. Essas ações contribuiriam para uma mudança muito positiva, pois possibilitaria uma relação mutuo de respeito entre eles e também melhor rendimento escolar. (NOZAWA e GARCIA, 2009, p. 5)

Em conformidade os autores (NOZAWA e GARCIA, 2009, p. 6) ainda dissertam que o profissional em serviço social só vem a contribuir no trabalho com crianças, seja ele na área da educação, seja em projetos sociais, já que o objetivo de sua profissão é o da transformação social e essa transformação se dá por meio da construção da cidadania.

Relativo à importância da atuação profissional, os autores definem:

Perante o exposto fica evidente a importância da atuação de um profissional de serviço social em projetos sociais e na educação, que através de sua formação profissional é capaz de buscar estratégias que visibilizam a construção da cidadania. A atuação do assistente social contribui no processo de transformação social das crianças como na orientação aos educadores. (NOZAWA e GARCIA, 2009, p. 7)

Segundo Faria (2010, p.14) a atuação do Serviço Social na instituição escolar terá como grande desafio, o trabalho interdisciplinar, além de atuar nas várias facetas sociais cotidianas que estão expressas tanto nas relações externas, como a família e a sociedade, quanto nas relações internas que compõem o espaço educacional.

Em continuidade Faria (FARIA, 2010, p. 14) diz que a interdisciplinaridade possibilita a potencialização do aprendizado e propicia aos educadores uma maior interação com os alunos. As reconfigurações contínuas da sociedade fazem com que os profissionais sejam flexíveis, criativos e saibam trabalhar em grupo. Estas competências devem fazer parte das práticas dos profissionais envolvidos no processo pedagógico das instituições de ensino.

Segundo Conrad (2010 P. 52) por outro lado, a assistência social, a partir da LOAS/93, adquiriu caráter de política pública assumindo as funções de inserção, prevenção, promoção e proteção junto a pessoas que sofrem diferentes formas de exclusão social. Nesse sentido, a política da educação infantil e a política da assistência social não são mutuamente excludentes e nem competitivas. Partindo-se da perspectiva do atendimento integral à criança, a atuação articulada e complementar dessas duas políticas setoriais, garantida pela definição clara de competências e responsabilidades, é de importância estratégica para a instauração dos princípios e diretrizes preconizados pelo ordenamento legal e perspectivas sócio-educativas da educação infantil.

Nesse sentido observamos segundo a autora (CONRAD, 2010 P. 53) que compreende-se que a prática profissional do assistente social não está firmada sobre uma única necessidade, sua especificidade está no fato de atuar sobre várias necessidades. Assim, para que esta prática contribua no processo educacional, é preciso que seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, baseada no conhecimento da realidade em sua totalidade.

Em relação ao ambiente escolar Apple define as escolas como unidades que não foram necessariamente construídas para ampliar ou preservar o capital cultural de classes ou comunidades que não fossem as dos segmentos mais poderosos da população. (1982, p.101).

Em outra oportunidade o autor diz que:

As escolas não apenas controlam as pessoas, elas também ajudam a controlar o significado. Pelo fato de preservarem e distribuírem o que se percebe como ‘conhecimento legítimo’ – o conhecimento que ‘todos devemos ter’ – as escolas conferem legitimidade cultural ao conhecimento de determinados grupos. (APPLE, 1982, p. 103 -104).

Para Oliveira (2012, p. 27) cabe pensar então este campo em seu sentido amplo, como um espaço articulado de diferentes profissionais para a conquista do acesso à educação infantil em seus variados segmentos sociais, onde as ações profissionais de assistentes sociais voltam-se não apenas ao atendimento educativo, mas prioritariamente ao sócio-educativo. É relevante aqui destacar que essas ações profissionais, por situarem-se em um espaço educacional, não se resumem ao pedagógico, assim como não se voltam apenas ao assistencial. O lugar em que o(a) profissional de serviço social encontra-se nessa reflexão se situa entre o educar e o cuidar.

Em continuidade o autor diz que:

Ou seja, entendemos que o cuidar e o educar são duas faces de um mesmo projeto pedagógico na educação infantil, da mesma maneira em que representa duas faces do direito, tanto da criança, quanto da família. Contudo, os setores da assistência social e da educação se articulam com a finalidade de proporcionar um atendimento integrado à criança pequena. Desta forma os/as assistentes sociais que se inserem na educação infantil possuem também o papel de educadores, no sentido de sujeito político, formador de ideologia. (OLIVEIRA, 2012, p. 30)

O autor Bressan, fala sobre a realidade social nas unidades escolares:

Dado à complexidade da realidade social e a crescente percepção de que a escola está inserida neste processo, é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que venha aproximar a família do contexto escolar. Os altos níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas. O processo educacional não está alheio a isso, ou seja, o sistema de ensino também se constitui em um espaço de concretização dos problemas sociais. (BRESSAN, 2001, p. 11).

Em relação a discussão da contribuição do Serviço Social para a garantia deste direito Lopes e Andrade (2007, p. 22) diz que nos remete a temas que atravessam a realidade social, política, econômica e cultural e que nem sempre são identificados no dia a dia da escola e por muitas vezes ficam à margem das políticas educacionais. Dada a complexidade da realidade social e a crescente percepção que a escola tem deste processo é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que possam vir a aproximar as famílias no contexto escolar.

Lopes e Andrade fala sobre os principais equipamentos sociais, como sendo:

Apesar da escola ser um dos principais equipamentos sociais, podemos identificar ainda um número pequeno e tímido de profissionais de Serviço Social atuando na área. No entanto, identifica-se que a educação tem demandas importantes para a intervenção do assistente social. Tais demandas requerem alternativas de trabalho com equipes multidisciplinares em contextos característicos de ação/reflexão/ação. (LOPES e ANDRADE, 2007, p. 26)

Ainda para os autores (LOPES e ANDRADE, 2007, p. 30) o Serviço Social poderá articular com a comunidade externa para inseri-la no espaço interno da escola, trazendo elementos facilitadores para a efetividade de conselhos de pais e professores, responsabilidade no processo de participação na escola à medida em que sejam estimulados para expressarem suas dificuldades, necessidades e desejos perante o corpo funcional da escola.

Souza, citado por Rossa, fala que:

O assistente social se fortalece no campo da educação por atuar em um espaço onde a diversidade humana, cultural e econômica estão presentes, as relações interpessoais estão em constante processo de ruptura e aliança, a competição, o individualismo, a dualidade de poderes reclamam ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas. Apesar de a educação escolar ainda não ser um campo fértil de trabalho dos assistentes sociais são as próprias alterações processadas no mundo educacional, da informação e da tecnologia que demandam a sua inserção em articulação com os demais profissionais. (SOUZA, 2005, apud ROSSA, 2011, p. 45)

Rossa (2011, p. 51) expõe que a assistente social enquanto profissional inserido na política de educação tem a possibilidade de garantir o acesso aos direitos de crianças e famílias em vulnerabilidade social, desde que atendidas as condicionalidades exigidas para recebimento dos benefícios sociais

Ainda para Rossa:

A atuação do assistente social em qualquer área de intervenção profissional tem como objeto as expressões da “questão social”, as quais estão se apresentando cada vez mais complexas devido às transformações oriundas do modo de produção capitalista e que exigem articulação profissional com as diversas áreas do saber. (ROSSA, 2011, p. 54)

Lira define como imprescindíveis para a consolidação das práticas pedagógicas nas ações de Assistência Social, como sendo:

• Pactuar coletivamente os objetivos, procedimentos, responsabilidades, resultados, etc;

• Planejar ações centradas nos (as) usuários (as) considerando realidades distintas e comuns;

• Favorecer a formação ampliando a capacitação dos profissionais a partir da socialização de experiências, dúvidas, medos e ideais. (LIRA, 2007, p. 17)

A autora (LIRA, 2007, p. 19) ainda diz que nas Ações de Assistência Social, a prática pedagógica exige, também, o planejamento de uma rotina de procedimentos que independa da “personalização” que certos profissionais costumam imprimir no desenvolvimento de atividades. É preciso considerar as diferenças de cada ator social envolvido, mas, ao mesmo tempo, buscar uma linha de atuação que marque as abordagens, sob uma lógica comum, evitando, assim, problemas de interpretação que geram conflitos desnecessários e ameaçam o trabalho coletivo.

Em outro momento, para Lira (2007, p.20) padronizar não significa enrijecer processos, criar modelos imutáveis ou assumir postura autoritária. No processo de padronização é aconselhável:

CONSULTAR as pessoas que executam as atividades;

CONHECER as expectativas dos usuários sobre o atendimento;

LISTAR os procedimentos recomendados a partir da opinião e reflexão dos grupos;

ELABORAR um plano que constitua uma referência para realizar a rotina, represente o consenso dos participantes e permita a novas pessoas que venham a se integrar nas ações, uma orientação clara e precisa sobre o processo;

ACOMPANHAR sua execução e corrigir o que for necessário.(LIRA, 2007, p. 20)

Lira (2007, p. 23), define como as praticas políticas-pedagógicas:

• Reconhecimento e valorização das potencialidades dos usuários (famílias);

• Produção de saberes: populares, histórias de vida e estratégias de sobrevivência;

• Estímulo à criatividade e criticidade, mobiliza recursos subjetivos (medos, vergonhas, crenças, complexos, baixa auto-estima, solidão, isolamento);

• Processo metodológico estimulante e prazeroso – motiva a participação, troca de experiências e diálogo;

• Valorização das pessoas considerando os diferentes níveis de conhecimento;

• Seleção de conteúdos coerentes com as necessidades e desejos dos usuários (indivíduos e famílias);

• Reconhecimento, valorização e fortalecimento dos projetos de vida;

• Reconhecimento do outro e a si mesmo, como ser interdisciplinar – integral. (LIRA, 2007, p. 23)

Ao refletir sobre a construção de uma proposta que conduza à prática pedagógica para as ações de Assistência Social, segundo Lira (2007, p.25) é importante considerar não só os procedimentos, mas os espaços que venham garantir a mudança de atitudes frente ao novo modelo de intervenção social.

Ainda para a autora (LIRA, 2007, p. 25) a proposta de territorializar os serviços públicos deve acompanhar a lógica da descentralização, abrindo espaço para o controle social sobre a implementação das políticas.

Para Lira, é possível caracterizar como ações e atividades protagônicas:

• Ações e atividades que favoreçam a participação através de trabalhos em grupos, oficinas, pesquisa participante, etc;

• Ações e atividades provocativas que estimulem o posicionamento sobre fatos e acontecimentos polêmicos;

• Ações e atividades que permitam ao profissional estabelecer relação de partilha, respeito e confiança entre as pessoas que estão direta e indiretamente envolvidas;

• Ações e atividades com direcionamento equilibrado, acolhendo os posicionamentos, mas, ao mesmo tempo, refletindo sobre os juízos de valor e pré-conceitos existentes.

• Correspondência entre processos desenvolvidos, resultados obtidos e objetivos traçados. (LIRA, 2007, p. 27)

Segundo Faria (2010, p.16) compreende-se que a atuação do profissional do Serviço Social não deve estar voltada para uma única deficiência, deve se voltar para as várias necessidades da sociedade. Assim, para que a intervenção do Assistente Social contribua para a maximização da política educacional precisa ser atuante e relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade na sua totalidade.

Segundo Lima (2005, p. 30) as atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais referiam-se: ao trabalho direto com os alunos que apresentavam condutas que interferiam nas aulas e/ou que apresentavam rendimento insuficiente (contatos individuais e em grupo); à mediação com os professores e demais pessoal da escola para falar sobre os alunos que apresentavam dificuldades (era um intercâmbio de informações para se decidir que tratamento seria dado ao aluno com problemas, ou para modificar as práticas dos professores em relação a forma de tratar os seus alunos); à consultoria para os professores, em relação às estratégias para melhorar as aulas, mudanças na política educacional e nos procedimentos da escola; à relação com famílias e instituições das comunidades para solucionar problemas e ajudar a família a participar de programas comunitários que favoreciam crianças com algum tipo de dificuldade.

Ainda para autora:

O Assistente Social se fortalece no campo da educação por atuar em um espaço onde a diversidade humana, cultural e econômica estão presentes, as relações interpessoais estão em constante processo de ruptura e aliança, a competição, o individualismo, a dualidade de poderes reclamam ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas. Apesar de a educação escolar ainda não ser um campo fértil de trabalho dos Assistentes Sociais são as próprias alterações processadas no mundo educacional, da informação e da tecnologia que demandam a sua inserção em articulação com os demais profissionais.(LIMA, 2005, p. 33)

Em uma citação de Guerra, feita por Lima (GUERRA, 2005 apud LIMA, 2005, p. 35) em conformidade a sua visão sobre essa relação diz que defende-se, portanto, que o Assistente Social é um dos profissionais relevantes para atuar na educação dada a sua formação, a qual lhe confere: uma aquisição de conhecimentos que o permite responder às demandas sociais; capacidade e flexibilidade de conquistar novas e potenciais dimensões do saber e do fazer; uma análise e compreensão da realidade social; princípios éticos que redefinem suas posturas profissionais; instrumentais técnico-operativos para subsidiar suas ações sociais, pedagógicas, políticas e culturais. Como também, as dimensões que ela tem que desenvolver, as quais formam a totalidade social: teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa.

Para Lima, em relação ao trabalho do Assistente Social nas escolas:

Acredita-se que o trabalho do Assistente Social nas escolas é uma estratégia que poderá criar condições para o exercício da cidadania, para o empoderamento e o protagonismo contribuindo, assim, para a inclusão social de crianças, adolescentes e adultos. Como também, o Serviço Social vem a ser uma especialidade que colabora junto ao corpo técnico-administrativo e docente ao pensar na formação continuada, na construção e realização de pesquisas e projetos, na proposição de espaços de debates temático-transversais. (LIMA, 2005, p. 39)

A autora (LIMA, 2005, p. 39) ainda cita que os inúmeros problemas que atingem os educandos, principalmente os que estudam em escolas públicas causam, como detectado no estudo, baixo rendimento e desinteresse pelo aprendizado, vulnerabilidade às drogas e à exploração sexual, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar. Os níveis atuais da pobreza e da miséria têm expressão direta na educação escolar revelando, portanto, a necessidade de estratégias e categorias profissionais de diferentes especialidades para trabalhar com esses desafios. O Assistente Social poderá propiciar não só o diagnóstico destas questões, mas a proposição e alternativas de minimização, realizando um elo entre a escola e o Estado. Entretanto, tem-se claro que este não é um caminho curto a ser percorrido e que as propostas nem sempre se concretizam na prática.

Na observação da fala de Santos (2012, p. 130) observamos que a articulação entre as famílias e a escola é uma das tarefas primordiais do assistente social, desenvolvendo contatos com os pais e responsáveis, a fim de estreitar os vínculos destes com a instituição educacional e reforçar o senso de responsabilidade destes pelo desenvolvimento e pela aprendizagem dos filhos. A partir do conhecimento de dinâmicas de grupo, o assistente social pode facilitar o fluxo de demandas, críticas, sugestões, provenientes das famílias, coletar dados e informações para subsidiar as reflexões dos professores e da coordenação pedagógica. Esse trabalho deveria ser concebido e executado de comum acordo entre o assistente social e a implementação de ações que se complementem.

Para o autor a aceitação do papel e das contribuições do assistente social no meio escolar relaciona-se com a demonstração prática de competências e habilidades úteis para os coletivos escolares. Um exemplo refere-se à orientação e ao acompanhamento dos alunos fora da sala de aula, especialmente no momento em que eles expressam dúvidas sobre suas trajetórias escolares e encaminhamentos para o mercado de trabalho, bem como para a constituição das suas formas de organização, como o Grêmio Estudantil. (SANTOS, 2012, p. 132)

Em outro momento ele ainda discorre:

Ao assistente social, pela sua própria formação, cabe, por exemplo, estabelecer contatos com as famílias e o Conselho Tutelar Regional, bem como promover cursos de capacitação aos pais e professores acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de acompanhar e encaminhar problemas mais evidentes de casos sociais.

A atuação interdisciplinar, incluindo nas equipes das escolas o profissional do Serviço Social, pode ser decisiva para a superação de problemas socioeducacionais contemporâneos porque o assistente social, por meio de sua prática, amplia, contribui e está comprometido com a democracia e o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos. (SANTOS, 2012, p. 134)

Pois, para ele a prática profissional do assistente social não está firmada sobre uma única necessidade; sua especificidade está no fato de atuar sobre várias necessidades. Para que esta prática contribua no processo educacional, é preciso que seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, deve estar no conhecimento da realidade em sua totalidade.(SANTOS, 2012, p. 134)

Nesse sentido ainda observamos que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, segundo Santos (2012, p. 135) não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócioinstitucionais, voltados para o reconhecimento e aplicação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais não tem se sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral.

Segundo Campos Et. al. (2011, p. 53) pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e de permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital.

A partir dessa observações os autores falam para tanto, destacamos alguns fenômenos importantes que, a partir dessas tendências, parecem incidir sobre as requisições de atuação do assistente social na educação:

\* Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais.

\* O processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada.

\* A ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil.

\* A expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos.

\* A aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública.

\* A afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito.

\* A organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório.

\* A expansão dual da rede de educação infantil (pública e comunitária) com recursos públicos e as requisições de gerenciamento da desproporcionalidade entre oferta e demanda de vagas.

\* O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional.

\* A disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação como o tempo e espaço escolar. (CAMPOS, et. al., 2011, p. 53)

Para os autores (CAMPOS, et. al., 2011, p. 57) as condições de ampliação do espaço ocupacional dos assistentes sociais estão diretamente relacionadas às tendências contemporâneas que marcam a relação entre o público e o privado na educação, revelando a dinâmica contraditória deste processo de expansão, assim como das possibilidades de alargamento das interfaces desta área com as demais políticas públicas. Este processo, além de situar expressões bem concretas em termos do reconhecimento e da visibilidade que a profissão passa a ter na área de educação, merece atenção especial por encobrir sob os atrativos consensos produzidos em torno da “inclusão social” e da “valorização da educação e da cidadania”, as desigualdades sociais que marcam as condições de acesso à educação no Brasil e que a descaracterizam como uma política efetivamente pública.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, N. L. T. **Proposta de criação do Projeto Lext-OesSte**. Rio de Janeiro, 2001. UCB

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de**. Educação infantil : discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2010.

APPLE, T.W. **Odeologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982

BRAGA, Maria Elisa dos Santos; MESQUITA, Marylucia. **inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS**. Ser Social. v.14, n.30. Brasilia. 2012

BRESSAN, C. R. (Coord.). **Serviço Social na Educação.** Brasília, DF: CFESS, 2001.

CAMPOS, et. al. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social, Gt de Educação. Brasília. 2011

CARVALIN, Sandra Santos. **Serviço Social na Educação**. A contribuição do Serviço Social no Brasil. Rio de Janeiro - RJ. 2011

CAVAGLIERO, Bruna Aparecida. **Desenvolvimento Histórico do Serviço Social.** São Paulo-Sp. 2012

CONRAD, Roberta. O Serviço Social na Educação Infantil: **A prática de Estágio com as Famílias do CEIG - Centro de Educação Infantil Girassol.** Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC. 2010.

DEMO, Pedro. Artigo: **Política Social da Infância. Legislação, Políticas e Influências Pedagógicas na Educação Infantil.** Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância. Cadernos Pedagógicos – volume 3. Brasília, 2005.

FARIA, Elir Lopes de. **O Serviço Social e o Sistema Público de Ensino em Uberlândia: Um estudo sobre esta realidade**. Uberlândia. 2010

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc. São Paulo. 2010

FREIRE, Abraão dos Santos; CÂNDIDO, Sandra da Silva. **Uma análise da Origem do Serviço Social no Brasil.** Revista da Faculdade José Augusto Vieira. Ano VI, nº 08. Lagarto-SE. 2013

IAMAMOTO, Marilda Villela. O **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Iris de. **Serviço Social e Educação: uma questão em debate**. Intervase. Natal/RN. v.2. n.1, 2005

LIRA, Lídia. **Prática Pedagógica na Assistência Social: Fortalecendo o processo de inclusão social através do CRAS**. Escola Dom Bosco de Artes e Oficios. Recife-PE. 2007

LOPES, Aline Caldas; ANDRADE, **Daniela Lopes. Serviço Social na Área da Educação. III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís -MA. 2007

MARTINS, Eliana Bolorino. **A Presença do Serviço Social na Educação Básica dos Municípios Paulistas**. Serviço Social & Realidade. v. 18, n.1, Franca. 2009

NOZAWA, Tamara Nomura; GARCIA, Telma Lúcia Aglio. **A importância do Assistente Social nos Projetos Sociais e na Educação** - Uma breve análise da Experiência do Projeto Degraus Crianças. Artigo. 2009

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.UNESCO,** Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa. Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Amanda Diniz. **O Serviço Social na Educação Infantil:** Uma desafiadora reflexão. Curitiba. 2012

PASCHOAL, Jaquelne Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa Modalidade Educacional.** Revista HISTEDBR, Campinas, n.33. 2009

PETA, Sonia Maria de Araújo; LIMA, Elson Alves de Lima. **Serviço Social e Educação: Uma discussão no âmbito das Políticas Sociais.** VIII - Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Campo Mourão. 2013

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, 182 p. 182-206, 2009

ROSSA, Aline. Serviço **Social na Educação.Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.** Toledo-PR. 2011

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço Social e Educação**: Contribuições do Assistente Social na Escola. Vol.8. Vivências. 2012

SANTOS, Monica Pereira dos. **A família e o movimento pela inclusão MEC/Secretaria de Educação à Distância**. Brasilia, 1998, In Série de Estudos Educação à Distância. Educação Especial Tendências Atuais.

SILVA, J. F. S. **O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o serviço social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28 n. 89, p.5-20, mar. 2007.

SOUZA, A. M. C. **Educação Infantil uma proposta de gestão municipal**. Campinas: Papirus, 2002 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VASCONCELOS. Natalia Batista. **A importância da Educação Infantil a partir do ponto de vista dos usuários de três Creches não-governamentais no município de uberlândia**. Revista da Católica. Uberlândia. v.1, n.2. 2009